

ESPÉCIE: Termo de Convênio de Delegação nº 69/2016, celebrado entre a União, representada pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, e o Município de Apucarana - PR. OBJETO: Delegação da exploração do Aeroporto Capitão João Busse (SSAP), localizado no Município de Apucarana - PR, com a seguinte localização geográfica: 23°36'44" S / 51°23'06" W. PROCESSO: 00055.001588/2011-44. RECURSOS: Não implica em repasse de recursos. FUNDAMENTO LEGAL: artigo 21, inciso XII, alínea "c" da Constituição Federal, artigo 36, inciso III da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e artigo 27, inciso XXI, e § 8º, inciso XI, da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003. DATA DA ASSINATURA: 22/12/2016. VIGÊNCIA: a partir da data de assinatura, com eficácia legal após a publicação deste extrato. PRAZO: 35 anos, improrrogável. SIGNATÁRIOS: pela União, Rogério Teixeira Coimbra - Secretário de Política Regulatória de Aviação Civil, e, pelo Município de Apucarana - PR, Carlos Alberto Gebirim Preto - Prefeito Municipal.

ESPÉCIE: Termo de Convênio de Delegação nº 70/2016, celebrado entre a União, representada pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, e o Município de Campo Verde-MT. OBJETO: Delegação da exploração do Aeródromo de Campo Verde (SDLZ), localizado no Município de Campo Verde - MT, com a seguinte localização geográfica: 15°31'55" S / 55°08'16" W. PROCESSO: 00055.000335/2016-68. RECURSOS: Não implica em repasse de recursos. FUNDAMENTO LEGAL: artigo 21, inciso XII, alínea "c" da Constituição Federal, artigo 36, inciso III da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, art. 6º, inciso I, da Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, e artigo 27, inciso XXI, e § 8º, inciso XI, da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003. DATA DA ASSINATURA: 22/12/2016. VIGÊNCIA: a partir da data de assinatura, com eficácia legal após a publicação deste extrato. PRAZO: 35 anos, improrrogável. SIGNATÁRIOS: pela União, Rogério Teixeira Coimbra - Secretário de Política Regulatória de Aviação Civil, e, pelo Município de Campo Verde-MT, Fabio Schroeter - Prefeito.

ESPÉCIE: Termo de Convênio de Delegação nº 71/2016, celebrado entre a União, representada pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, e o Estado do Tocantins. OBJETO: Delegação da exploração do novo Aeródromo de Arraias-TO, com a seguinte localização geográfica: 12°58'01" S / 46°51'18" W. PROCESSO: 00055.000620/2016-89. RECURSOS: Não implica em repasse de recursos. FUNDAMENTO LEGAL: artigo 21, inciso XII, alínea "c" da Constituição Federal, artigo 36, inciso III da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e artigo 27, inciso XXI, e § 8º, inciso XI, da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003. DATA DA ASSINATURA: 22/12/2016. VIGÊNCIA: a partir da data de assinatura, com eficácia legal após a publicação deste extrato. PRAZO: 35 anos, improrrogável. SIGNATÁRIOS: pela União, Rogério Teixeira Coimbra - Secretário de Política Regulatória de Aviação Civil, e, pelo Estado do Tocantins, Marcelo de Carvalho Miranda - Governador do Estado do Tocantins.

ESPÉCIE: Termo de Convênio de Delegação nº 72/2016, celebrado entre a União, representada pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, e o Município de Toledo-PR. OBJETO: Delegação da exploração do Aeroporto Luís Dal Canalle Filho (SBTD), localizado no Município de Toledo-PR, com a seguinte localização geográfica: 24°41'07" S / 53°41'48" W. PROCESSO: 00055.001702/2011-36. RECURSOS: Não implica em repasse de recursos. FUNDAMENTO LEGAL: artigo 21, inciso XII, alínea "c" da Constituição Federal, artigo 36, inciso III da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e artigo 27, inciso XXI, e § 8º, inciso XI, da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003. DATA DA ASSINATURA: 22/12/2016. VIGÊNCIA: a partir da data de assinatura, com eficácia legal após a publicação deste extrato. PRAZO: 35 anos, improrrogável. SIGNATÁRIOS: pela União, Rogério Teixeira Coimbra - Secretário de Política Regulatória de Aviação Civil, e, pelo Município de Toledo-PR, Luís Adalberto Beto Lunitti Pagnussatt - Prefeito.

ESPÉCIE: Termo de Convênio de Delegação nº 73/2016, celebrado entre a União, representada pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, e o Município de Alenquer-PA. OBJETO: Delegação da exploração do Aeródromo de Alenquer (SDWQ), localizado no Município de Alenquer-PA, com a seguinte localização geográfica: 01°55'01" S / 54°43'22" W. PROCESSO: 00055.001086/2013-85. RECURSOS: Não implica em repasse de recursos. FUNDAMENTO LEGAL: artigo 21, inciso XII, alínea "c" da Constituição Federal, artigo 36, inciso III da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e artigo 27, inciso XXI, e § 8º, inciso XI, da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003. DATA DA ASSINATURA: 22/12/2016. VIGÊNCIA: a partir da data de assinatura, com eficácia legal após a publicação deste extrato. PRAZO: 35 anos, improrrogável. SIGNATÁRIOS: pela União, Rogério Teixeira Coimbra - Secretário de Política Regulatória de Aviação Civil, e, pelo Município de Alenquer-PA, Luís Flávio Barbosa Marreiro - Prefeito Municipal.

Conselho Nacional do Ministério Público

SECRETARIA-GERAL

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 42/2016

O Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP torna público o resultado do Pregão Eletrônico nº 42/2016. Processo nº 0.00.002.001565/2016-60. Objeto: Contratação de serviços de manutenção e suporte técnico para sistema de tarifação telefônica. Resultado: procedimento fracassado.

MARCIEL RUBENS DA SILVA
Pregoeiro

Ministério Público da União

SECRETARIA-GERAL

EXTRATO DO CREDENCIAMENTO Nº 751/2015

Termo de Credenciamento nº 751/2015, celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO e o HOSPITAL SANTA LÚCIA S/A: Prestação de Serviços Médico-Hospitalares. Processo: 1.00.000.000054/2016-95. Elemento de despesa: 33.90.39. Programa de Trabalho: nº 03301058120040001. Nota de Empenho/MPF: nº 2016NE000057, de 19/01/2016. Elemento de despesa: 33.90.39. Programa de Trabalho: nº 03301058120040001. Nota de Empenho/MPT: nº 2016NE000092, de 15/01/2016. Elemento de despesa: 33.90.39. Programa de Trabalho: nº 03301058120040001. Nota de Empenho/MPM: nº 2016NE000034, de 04/01/2016. Elemento de despesa: 33.90.39. Programa de Trabalho: nº 03301058120040053. Nota de Empenho/MPDFT: nº 2016NE000017, de 07/01/2016. Elemento de despesa: 33.90.39. Programa de Trabalho: nº 03301210020045664. Nota de Empenho/CNMP: nº 2016NE000310, de 18/02/2016. Vigência: 16/12/2016 a 15/12/2021. Assinatura: pelo Credenciante MARCIUS CORREIA LIMA pelo Credenciado JOSÉ DO PATROCÍNIO LEAL.

EXTRATO DO CREDENCIAMENTO Nº 730/2015

Termo de Credenciamento nº 730/2015, celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO e a HANDS ODONTOLOGIA ESPECIALIZADA S/S LTDA - EPP: Prestação de Serviços Odontológicos. Processo: 1.00.000.013357/2016-78. Elemento de despesa: 33.90.39. Programa de Trabalho: nº 03301058120040001. Nota de Empenho/MPF: nº 2016NE000057, de 19/01/2016. Elemento de despesa: 33.90.39. Programa de Trabalho: nº 03301058120040001. Nota de Empenho/MPT: nº 2016NE000092, de 15/01/2016. Elemento de despesa: 33.90.39. Programa de Trabalho: nº 03301058120040001. Nota de Empenho/MPM: nº 2016NE000034, de 04/01/2016. Elemento de despesa: 33.90.39. Programa de Trabalho: nº 03301058120040053. Nota de Empenho/MPDFT: nº 2016NE000017, de 07/01/2016. Elemento de despesa: 33.90.39. Programa de Trabalho: nº 03301210020045664. Nota de Empenho/CNMP: nº 2016NE000310, de 18/02/2016. Vigência: 07/12/2016 a 06/12/2021. Assinatura: pelo Credenciante MARCIUS CORREIA LIMA pelo Credenciado LEONARDO DE PINHO.

EXTRATO DO CREDENCIAMENTO Nº 740/2015

Termo de Credenciamento nº 740/2015, celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO e a RENATO MAIA ASSISTÊNCIA GERIÁTRICA LTDA - EPP: Prestação de Serviços de Internação Domiciliar. Processo: 1.00.000.014135/2016-72. Elemento de despesa: 33.90.39. Programa de Trabalho: nº 03301058120040001. Nota de Empenho/MPF: nº 2016NE000057, de 19/01/2016. Elemento de despesa: 33.90.39. Programa de Trabalho: nº 03301058120040001. Nota de Empenho/MPT: nº 2016NE000092, de 15/01/2016. Elemento de despesa: 33.90.39. Programa de Trabalho: nº 03301058120040001. Nota de Empenho/MPM: nº 2016NE000034, de 04/01/2016. Elemento de despesa: 33.90.39. Programa de Trabalho: nº 03301058120040053. Nota de Empenho/MPDFT: nº 2016NE000017, de 07/01/2016. Elemento de despesa: 33.90.39. Programa de Trabalho: nº 03301210020045664. Nota de Empenho/CNMP: nº 2016NE000310, de 18/02/2016. Vigência: 01/12/2016 a 30/11/2021. Assinatura: pelo Credenciante MARCIUS CORREIA LIMA pelo Credenciado SULEICA IARA HAGEN.

EXTRATO DO CREDENCIAMENTO Nº 756/2015

Termo de Credenciamento nº 756/2015, celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO e a CLÍNICA DE GINECOLOGIA E DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA - ME: Prestação de Serviços Médicos. Processo: 1.00.000.008731/2016-13. Elemento de despesa: 33.90.39. Programa de Trabalho: nº 03301058120040001. Nota de Empenho/MPF: nº 2016NE000057, de 19/01/2016. Elemento de despesa: 33.90.39. Programa de Trabalho: nº 03301058120040001. Nota de Empenho/MPT: nº 2016NE000092, de 15/01/2016. Elemento de despesa: 33.90.39. Programa de Trabalho: nº 03301058120040001. Nota de Empenho/MPM: nº 2016NE000034, de 04/01/2016. Elemento de despesa: 33.90.39. Programa de Trabalho: nº 03301058120040053. Nota de Empenho/MPDFT: nº 2016NE000017,

de 07/01/2016. Elemento de despesa: 33.90.39. Programa de Trabalho: nº 03301210020045664. Nota de Empenho/CNMP: nº 2016NE000310, de 18/02/2016. Vigência: 21/12/2016 a 20/12/2021. Assinatura: pelo Credenciante MARCIUS CORREIA LIMA pelo Credenciado SEBASTIÃO IRAÍDES BARBOSA.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Termo de Contrato nº 47/2016. Contratantes: Ministério Público Federal e a empresa Euroline LTDA-EPP. CNPJ: 13.622.580/0001-09. Objeto: Aquisição de mobiliário para escritórios. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 123/2015 e ARP nº 26B/2015. Valor total: R\$ 28.470,00. Vigência: 18/11/2016 até 90 dias do recebimento definitivo. Data de Assinatura: 18/11/2016. Programa de Trabalho: 03062058142640001. Elemento de Despesa: 4490.52. Signatários: pelo Contratante, Sr. Lúcio Mário Mendonça de Góis, Secretário de Administração; e pela Contratada, Gabriela Tonet Bassani, sócia. Processo nº 1.00.000.015552/2016-32.

RESULTADOS DE JULGAMENTOS PREGÃO ELETRÔNICO Nº 88/2016 - UASG 200100

Proc. 1.00.000.014510/2016-84

A Pregoeira da Procuradoria Geral da República torna público, para conhecimento dos interessados, que o objeto do pregão suprarreferenciado foi adjudicado a empresa PANGEA CENTRO DE TRADUÇÃO, INTERPRETAÇÃO E IDIOMAS EIRELI - CNPJ nº 08.198.805/0001-01, para os itens 1, 2, 3, 4 e 5, pelo critério de menor preço. Publicação - www.transparencia.mpf.mp.br

SIRLENE SOBRAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2016 - UASG 200100

Proc. 1.00.000.006141/2015-75 - REGISTRO DE PREÇOS

O Pregoeiro da Procuradoria Geral da República torna público, para conhecimento dos interessados, que o objeto do pregão suprarreferenciado foi adjudicado a empresa BERKANA TECNOLOGIA EM SEGURANÇA LTDA - CNPJ nº 07.259.712/0001-79, para os itens 1 e 2, pelo critério de menor preço. Publicação - www.transparencia.mpf.mp.br

GILSON JORGE TELES MARINHO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 83/2016 - UASG 200100

PROC. 1.00.000.007423/2016-71

A Pregoeira da Procuradoria Geral da República torna público, para conhecimento dos interessados, que o objeto do pregão suprarreferenciado foi adjudicado a empresa 3R COMERCIO E SERVIÇOS DE MAQUINAS LTDA ME - CNPJ nº 20.838.277/0001-03, para o lote 1, pelo critério de menor preço. Publicação - www.transparencia.mpf.mp.br

MARINA GANDOUR R. RAMOS TORRES

PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 3ª REGIÃO

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2016

A Pregoeira da Procuradoria Regional da República da 3ª Região torna público, para conhecimento dos interessados, que o objeto licitado foi adjudicado em favor da empresa TOTALCOB - SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA., CNPJ 10.398.338/0001-05, pelo critério de menor valor global mensal. O resultado foi homologado pela Autoridade competente.

São Paulo-SP, 22 de dezembro de 2016.
SUELY SANTOS SILVA

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DA BAHIA COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 31/2016

A Procuradoria da República na Bahia torna público o resultado do referido Pregão, homologado pela Secretária Estadual Substituta Joyce Nascimento Vieira, em que foi vencedora a empresa ENGEMULT CONSTRUTORA LTDA - ME (CNPJ: 23.284.790/0001-80), com o valor global de R\$ 88.200,00.

LUIZ ANTONIO BARRETO NASCIMENTO
Pregoeiro

(SIDEC - 22/12/2016) 200100-00001-2016NE000281



PROCURADORIA DA REPÚBLICA
NO ESTADO DO CEARÁ

EXTRATOS DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Extrato PR/CE - Coordenadoria de Administração - Inexigibilidade de Licitação. Processo: 1.15.000.002742/2016-67. Contratantes: União Federal, por intermédio da Procuradoria da República no Estado do Ceará e CONSULTE CONSULTORIA E TREINAMENTO, CNPJ 36.003.671/0001-53. Objeto: Curso: "Capacitação de gestores públicos e ordenadores de despesas" para o servidor Cícero Erivethon Gomes de Melo. Valor: R\$ 2.290,00. Fundamento Legal: Art. 25, II, c/c art. 13, VI da Lei N.º 8.666/93. Data de Ratificação: 07/11/2016. Ratifica a inexigibilidade em epígrafe nos termos do Art. 26, da Lei N.º 8.666/93. Autoridade: Samuel Miranda Arruda, Procurador-Chefe da PR/CE.

Extrato PR/CE - Coordenadoria de Administração - Inexigibilidade de Licitação. Processo: 1.15.000.003114/2016-07. Contratantes: União Federal, por intermédio da Procuradoria da República no Estado do Ceará e ONE CURSOS - TREINAMENTO, DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO, CNPJ 06.012.731/0001-33. Objeto: Curso: "Planejamento e Gestão do Patrimônio Público, as NBCASP e o Desfazimento de Bens" para o servidor Francisco Erivaldo de Souza Filho. Valor: R\$ 4.999,92. Fundamento Legal: Art. 25, II, c/c art. 13, VI da Lei N.º 8.666/93. Data de Ratificação: 30/11/2016. Ratifica a inexigibilidade em epígrafe nos termos do Art. 26, da Lei N.º 8.666/93. Autoridade: Samuel Miranda Arruda, Procurador-Chefe da PR/CE.

RESULTADOS DE JULGAMENTOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2016

O Pregoeiro da Procuradoria da República no Estado do Ceará torna público o resultado do certame em epígrafe, que foi ADJUDICADO à empresa ANDRADE SERVIÇO DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ 17.551.327/0001-54 - item 1, no valor mensal de R\$ 78.905,81.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2016

O Pregoeiro da Procuradoria da República no Estado do Ceará torna público o resultado do certame em epígrafe, que foi ADJUDICADO às seguintes empresas: FABIO JUNIOR OLIVEIRA CALIXTO EIRELI, CNPJ 21.471.504/0001-60 - Grupo 1 e Item 94, nos valores de R\$ 21.035,97 e R\$ 12.160,00; PLANET GRAF COMERCIO LTDA, CNPJ 02.176.635/0001-70 - Grupo 2, no valor de R\$ 6.940,00, CBF- COMERCIO DE BANDEIRAS LTDA, CNPJ 17.365.274/0001-87 - Grupo 3, no valor de R\$ 2.339,76; DAVID ELIAS DO NASCIMENTO, CNPJ 11.044.272/0001-00 - Grupo 5, no valor de R\$ 1.231,68. O grupo 4 restou FRACASSADO.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2016

O Pregoeiro da Procuradoria da República no Estado do Ceará torna público o resultado do certame em epígrafe, que restou DESERTO para o Item 1 e FRACASSADO para o Item 2.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2016

O Pregoeiro da Procuradoria da República no Estado do Ceará torna público o resultado do certame em epígrafe, que foi ADJUDICADO às empresas CASAS BRASIL EIRELI, CNPJ 10.434.879/0001-33 - Grupo 1, no valor de R\$ 13.903,37 e P H & B COMERCIO EIRELI, CNPJ 11.914.096/0001-10 - Grupo 2, no valor de R\$ 1.360,00.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2016

O Pregoeiro da Procuradoria da República no Estado do Ceará torna público o resultado do certame em epígrafe, que foi ADJUDICADO à empresa SANDRA CRISTHYAN PEREIRA LIMA - ME, CNPJ 04.635.530/0001-67 - item 1, no valor mensal de R\$ 1.674,80 e restou FRACASSADO para os Itens 2, 3, 4, 5 e 6.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2016

O Pregoeiro da Procuradoria da República no Estado do Ceará torna público o resultado do certame em epígrafe, que foi ADJUDICADO às seguintes empresas: ALEXANDRE MAIA DOS SANTOS, CNPJ 20.416.307/0001-85 - Grupo 1, no valor de R\$ 8.588,00; LAPTOP INFORMATICA LTDA, CNPJ 34.770.156/0001-73 - Grupo 2, no valor de R\$ 5.279,00 e ALEX SANTANA DOS SANTOS, CNPJ 18.533.808/0001-08 - Item 7, no valor de R\$ 455,40.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2016

O Pregoeiro da Procuradoria da República no Estado do Ceará torna público o resultado do certame em epígrafe, que foi ADJUDICADO à empresa L 23 MULTISUPRIMENTOS E SERVIÇOS LTDA, CNPJ 11.014.397/0001-97 - item 1, no valor de R\$ 91.600,00.

CARLOS ALBERTO BRITO TEIXEIRA

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO

EXTRATOS DE CONTRATOS

Espécie: CONTRATO N.º 28/2016. Ref.: PA 1.17.000.000960/2016-92 Contratantes: UNIÃO FEDERAL, por intermédio da Procuradoria da República no Espírito Santo e a empresa ECOS SEGURANÇA EIRELI ME, inscrita no CNPJ sob o nº 01.887.130/0001-50; Objeto: Contratação de pessoa jurídica para locação e instalação de Circuito Interno de TV (CFTV) para sede da Procuradoria da República no município de Linhares/ES; Data da assinatura: 20/12/2016; Vigência: 24 (vinte e quatro) meses; Valor mensal: R\$ 849,75 (oitocentos quarenta e nove reais e setenta e cinco centavos), nos primeiros 24 (vinte e quatro) meses será devido R\$ 87,75 (oitenta e sete reais e cinco centavos) referente ao serviço de instalação do sistema; Assinam: RODRIGO VIEIRA TEIXEIRA, Secretário Estadual da PR/ES pela contratante CARLOS HENRIQUE VELOSO DE CARVALHO pela contratada.

Espécie: CONTRATO N.º 29/2016. Ref.: PA 1.17.000.002072/2016-12 Contratantes: UNIÃO FEDERAL, por intermédio da Procuradoria da República no Espírito Santo e a empresa GRAN CORAL CONSULTORIA LTDA-EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 04.418.587/0001-04; Objeto: 1. adequação da sala do CPD, contemplando a remoção com aproveitamento de divisórias, instalação de paredes em drywall, instalação de porta, pintura e reinstalação de fechadura com leitor biométrico, 2. instalação de central de alarme de incêndio, acionadores, sirene eletrônica e detector de fumaça; Vigência: 6 (seis) meses, contado a partir da assinatura do contrato; Valor: R\$ 8.887,00 (oito mil oitocentos e oitenta e sete reais); Assinam: LUCIANA DE OLIVEIRA HULLE, Secretária Estadual Substituta da PR/ES pela contratante e, FLÁVIO DA SILVA FERNANDES pela contratada.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO
DO MATO GROSSO

EXTRATO DE RESCISÃO

Processo nº 1.20.000.000192/2014-10. Termo de rescisão amigável do contrato nº 01/2013 de locação da Procuradoria da República no município de Barra do Garças, que entre si celebraram a União, por intermédio da Procuradoria da República em Mato Grosso e a Empresa LM SALAMONI, CNPJ: 13.476.941/0001-48. Objeto do termo de distrato: rescisão amigável do contrato 01/2013, com eficácia a partir de 10/11/2016, considerando a conveniência de ambas as partes em não mais manter o referido negócio jurídico. ASSINATURAS: Francisco de Assis Ferreira Pimenta, pela contratante; Luiz Maria Salomoni, pela contratada.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA
NO ESTADO DE MINAS GERAIS

AVISO DE REGISTRO DE PREÇOS

A Gerência de Registro de Preços da Procuradoria da República em Minas Gerais, em cumprimento ao disposto no §2º do art. 15 da lei 8.666/93, Decreto nº 7.892/2013, Ato de homologação do Sr. Secretário Estadual, e tendo em vista o objeto do Pregão nº 12/2016 (equipamentos eletroeletrônicos), com vigência para 16/12/2016 a 15/12/2017, torna público o aviso de Registro de Preços, conforme Ata nº 59/2016, fornecedor e relação de preços anexos ao Processo Administrativo nº 1.22.000.003026/2016-62 e disponibilizados no site www.prmg.mpf.gov.br. Fornecedor registrado: HS COMÉRCIO, LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA., CNPJ 24.802.687/0001-47. Item/Valor Unitário Registrado: 88/R\$2.146,98.

Belo Horizonte-MG, 22 de dezembro de 2016.

ESTHER SILVA BARBOSA
Gerente

PROCURADORIA DA REPÚBLICA
NO ESTADO DO PIAUÍ

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2016

A Supervisora de Licitações e Disputas Eletrônicas da Procuradoria da República no Piauí torna público, para conhecimento dos interessados, o resultado do Pregão Eletrônico PR/PI nº 23/2016 (Processo Nº 1.27.000.002533/2016-01), que tem como objeto a aquisição de material de consumo (material de expediente, adoçante, garrafão de 20 litros para água mineral, guia de assinatura para deficientes visuais, kit de ferramentas e torneira plástica), conforme especificações, quantidades, condições e orçamento estimativo constantes no Anexo I - Termo de Referência, como segue: GRUPO 1 adjudicado para MAXIM QUALITTA COMERCIO LTDA - ME (CNPJ nº 05.075.962/0001-23) pelo valor total de R\$ 1.520,00; ITEM 4 adjudicado para AGRESTE COMERCIO DE PRODUTOS ALIMEN- TÍCIOS LTDA - ME (CNPJ nº 15.811.210/0001-37) pelo valor total de R\$ 525,00; ITEM 5 adjudicado para BR INFORMATICA LTDA - EPP (CNPJ nº 08.050.832/0001-24) pelo valor total de R\$ 300,00; ITEM 6 adjudicado para BR INFORMATICA LTDA - EPP (CNPJ nº 08.050.832/0001-24) pelo valor total de R\$ 718,00; ITEM 7 cancelado por inexistência de proposta; ITEM 8 adjudicado para BR INFORMATICA LTDA - EPP (CNPJ nº 08.050.832/0001-24) pelo valor total de R\$ 1.207,14; e ITEM 9 adjudicado para RPF COMERCIAL LTDA - EPP (CNPJ nº 03.217.016/0001-49) pelo valor

total de R\$ 353,20. A referida licitação foi devidamente homologada pelo Secretário Estadual da Unidade, Sr. Gládivan Pereira Monteiro, com fundamento nos arts. 8º, VI, e 27 do Decreto nº 5.450/2005.

JULIA VALÉRIA GONÇALVES DIÓGO
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO
DO RIO GRANDE DO SUL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 28/2016

CONTRATANTES: Ministério Público Federal, por intermédio da Procuradoria da República no Rio Grande do Sul, e GLOBAL DISTRIBUIDORA DE BENS DE CONSUMO LTDA. OBJETO: Aquisição de um Switch Gerenciável L3 24 portas gigabit ethernet. VALOR GLOBAL: R\$ 10.300,00. VIGÊNCIA: 5 (cinco) anos a partir da data do aceite definitivo. DATA/ASSINATURA: 20/12/2016; GIOVANI TAVARES BRUSCATO, pela Contratante e VINICIUS DA SILVA, pela Contratada.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA
NO ESTADO DE RORAIMA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo nº 1.32.000.000738/2012-50. 4º Aditivo ao Contrato nº 21/2012. Contratante: Procuradoria da República no Estado de Roraima (U.G. 380006). Contratada: EDITORA BOA VISTA (CNPJ 04.653.101/0001-12). Contratação: inexigibilidade de licitação. Objeto do contrato: para prestação de serviço de entrega diária de jornais da imprensa local. Objeto do aditivo: prorrogação da vigência do contrato, pelo período de 01/12/2016 a 30/11/2017 (12 meses) e redução de 7 (sete) para 3 (três) exemplares diários. Fundamentos legais: art. 57, II e art. 65, §2º, II da Lei nº 8.666/1993. Data do Aditivo: 30/11/2016. Assinam o instrumento: pela Contratante, Sidney Wanderley de Oliveira (Secretário Estadual Interino); pela Contratada, a Sra. Ana Paula Araújo de Sousa Cruz (Sócia gerente).

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO
DE SANTA CATARINA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 49/2016

CONTRATANTES: União Federal por intermédio da PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA e BEATRIZ AUGUSTA GONÇALVES MARTINS EIRELLI ME. OBJETO: Serviço de Monitoramento Eletrônico para a sede da PRM Concórdia/SC. VALOR MENSAL: R\$ 58,00 (cinquenta e oito reais). Vigência: 01/11/2016 a 31/10/2017. DATA E ASSINATURA: 13 de dezembro de 2016, MAXIMILIANO ELLER, pela Contratante e BEATRIZ AUGUSTA GONÇALVES MARTINS, pela Contratada.

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo: 1.33.000.002425/2016-22. A Procuradoria da República em Santa Catarina (CNPJ: 26.989.715/0029-03) em cumprimento ao disposto no Art. 61, Parágrafo único, da Lei 8.666/93 e no Decreto nº 7.892/2013, tendo em vista a aquisição de móveis, torna público a adesão a ata de registro de preços do pregão eletrônico nº 45/2015 do Tribunal Regional Eleitoral no Maranhão. Valor: R\$ 29.000,00. Empenho: 2016NE001682. Empresa: Tecno2000 Indústria e Comércio LTDA (CNPJ: 21.306.287/0001-52). Valor: R\$ 29.000,00. Empenho: 2016NE001681. Empresa: Tecno2000 Indústria e Comércio LTDA (CNPJ: 21.306.287/0001-52). Valor: R\$ 29.000,00. Empenho: 2016NE001680. Empresa: Tecno2000 Indústria e Comércio LTDA (CNPJ: 21.306.287/0001-52). Autorização: Maximiliano Eller, Secretário Estadual da PR/SC. Data: 21 de dezembro de 2016.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ESPÉCIE: 6º Termo Aditivo ao Contrato nº 11/2011. CONTRATANTES: União Federal por intermédio da Procuradoria da República em Santa Catarina e a Imobiliária Habivale Ltda. OBJETO: Prorrogação da vigência do contrato por 12 meses. VIGÊNCIA: 15/02/2011 a 14/02/2018. DATA E ASSINATURA: 21 de dezembro de 2016, Maximiliano Eller pela Contratante e Leonardo Deola pela Contratada.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO
DE SÃO PAULO

RESULTADOS DE JULGAMENTOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2016

O Pregoeiro da Procuradoria da República no Estado de São Paulo torna público, para conhecimento dos interessados que, realizado o Pregão Eletrônico destinado ao Registro de Preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para aquisição eventual de materiais de expediente destinados à Procuradoria da República no Estado de São Paulo, foram declaradas vencedoras as empresas: B2G Comércio de Artigos de Papelaria e Livraria Ltda - ME nos itens 10, 11, 12, 14, 29, 49, 51, 52 e 62; Hopemix Suprimentos e Serviços Ltda - EPP nos itens 1, 5, 7, 16, 17, 24, 28, 31, 33, 34, 38, 42, 54, 65, 68 e 70; Lázaro Bezerra Soares - ME no item 25; Liciticom Distribuidora de Papelaria - Eireli - ME nos itens 15, 18 e 19; Plastline Indústria e Comércio de Plásticos Ltda - EPP no item 6; Ras Comercial Artigos e Papelaria Eireli - ME no item 9; RM - Máquinas e Sistemas Ltda - EPP no item 4; e Salenas Materiais para Escritório Ltda - EPP nos itens 8, 26, 27, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 50, 53, 56 e 64. Foram

declarados desertos os itens 59, 60, 61 e 69 ; e declarados fracassados os itens 13, 23, 32, 48, 55, 57, 63, 66 e 67.O resultado foi homologado pela Autoridade competente.

FÁBIO TEYDI ARAKI

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2016

O Pregoeiro da Procuradoria da República no Estado de São Paulo torna público, para conhecimento dos interessados que, realizado o Pregão Eletrônico destinado à aquisição de vasos sanitários para a Procuradoria da República no Estado de São Paulo - PR/SP, com participação exclusiva de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), foi declarada vencedora a empresa Davop Comercial Ltda - EPP. O resultado foi homologado pela Autoridade competente.

NILSON CÉSAR FREITAS BECKER

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SERGIPE

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8/2016

O Pregoeiro da Procuradoria da República em Sergipe torna público, para conhecimento dos interessados, que o objeto do Pregão em tela foi adjudicado à empresa TOP MOVEIS LTDA - EPP, CNPJ: 05.269.798/0001-95.

Aracaju-SE, 22 de dezembro de 2016.
ANTÔNIO FERREIRA DE SOUZA NETO

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO TOCANTINS

EXTRATO DE RESCISÃO

RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO 07/2014. CONTRATO Nº 07/2014. ESPÉCIE: Termo de Rescisão do Contrato nº 07/2014. OBJETO: Rescisão unilateral, a partir de 31/10/2016, celebrado com a empresa SEITON LOCAÇÃO E SERVIÇOS EIRELI - ME, em 28/02/2014, para prestação dos serviços continuados de limpeza e conservação, copeiragem e recepção na Procuradoria da República no Município de Gurupi - Tocantins. FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 78, incisos I e VII da Lei nº 8.666/93 e demais fundamentos externados no Procedimento Administrativo PGEA 1.36.000.000857/2016-97 e PARECER nº 107/2016 MPF/PR-TO/GAB-PC/ASSJUR (PR-TO-00015352/2016). Data: 06/12/2016.

AVISO DE PENALIDADE

O Procurador-chefe da Procuradoria da República no Tocantins, no uso das atribuições legais e com fulcro na Lei 8.666/93, torna público que após decorrido prazo para recurso, a empresa não fez uso do direito, sendo aplicada à empresa SEITON LOCAÇÃO E SERVIÇOS EIRELI-ME, CNPJ 10.295.954/0001-68, penalidade prevista no item III da Cláusula Nona, Parágrafo Primeiro do Contrato nº 06/2014 à CONTRATADA, a saber, multa de 10% (dez por cento) devido a rescisão do contrato por ato unilateral da Administração, motivado por culpa da Contratada, calculada sobre o valor estimado para o exercício em R\$ 29.588,99 (vinte e nove mil e quinhentos e oitenta e oito reais e noventa e nove centavos) bem como suspensão temporária em licitar e impedimento de contratar com a CONTRATANTE pelo período de 02 (dois) anos a contar da decisão definitiva do presente procedimento. A penalidade é resultado da apuração de responsabilidade por descumprimento do contrato nº 06/2014, mediante o PGEA nº 1.36.000.001301/2014-56 da PR-TO.

Em 30 de novembro de 2016.
ÁLVARO LOTUFO MANZANO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

EXTRATOS DE ADESÃO À REGISTRO DE PREÇOS

Adesão à Ata de Registro de Preços nº 16/2015 - Pregão Eletrônico nº 92/2015 - Processo TC-014.392/2015-1. Órgão Gerenciador: Tribunal de Contas da União. Órgão aderente: Procuradoria Regional do Trabalho 9ª Região. Contratada: Ubermac Comércio e Serviços Ltda EPP. Vigência de 28/12/2015 a 27/12/2016. Objeto: Aquisição 06 veículos minivan Renault Duster Dynamique 2.0, conforme as especificações do Edital. Valor Unitário: R\$ 78.000,00. Valor total R\$ 468.000,00. Fundamento legal: Decreto nº 7.892/2013. O processo está disponível na sede da PRT 9ª Região, na Av. Vicente Machado, 84, Centro - Curitiba/PR. Autoridade: Procurador-Chefe.

Adesão à Ata de Registro de Preços nº 70/2015 - Pregão Eletrônico nº 59/2015 - Processo 2.00.000.036614/2015-11. Órgão Gerenciador: Procuradoria Geral do Trabalho. Órgão aderente: Procuradoria Regional do Trabalho 9ª Região. Contratada: Renault do Brasil S.A. Vigência de 21/12/2015 a 20/12/2016. Objeto: Aquisição 02 veículos sedan Renault Fluence Privilege 2.0, conforme as especificações do Edital. Valor Unitário: R\$ 82.000,00. Valor total R\$ 164.000,00. Fundamento legal: Decreto nº 7.892/2013. O processo está disponível na sede da PRT 9ª Região, na Av. Vicente Machado, 84, Centro - Curitiba/PR. Autoridade: Procurador-Chefe.

Adesão à Ata de Registro de Preços nº 14/2016 - Pregão Eletrônico nº 13/2015 - Processo 2.21.000.003293/2015-3. Órgão Gerenciador: Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região. Órgão aderente: Procuradoria Regional do Trabalho 9ª Região. Contratada: Microsens Ltda. Vigência de 21/01/2016 a 20/01/2017. Objeto: Aquisição de 15 toners Samsung CPL 680 ND CLT-506, sendo 05 unidades cor ciana; 05 unidades cor magenta; 05 unidades cor amarela, conforme as especificações do Edital. Valor Unitário: R\$ 429,00. Valor total R\$ 6.435,00. Fundamento legal: Decreto nº 7.892/2013. O processo está disponível na sede da PRT 9ª Região, na Av. Vicente Machado, 84, Centro - Curitiba/PR. Autoridade: Procurador-Chefe.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Contrato nº 036/2014. Contratante: União Federal/PRT 9ª Região. Contratada: Viveiro e Floricultura Romana Ltda. Espécie: Terceiro Termo Aditivo. Objeto: Prorrogar a vigência até 14/11/2017. Assinam: Gláucio Araújo de Oliveira, Procurador-Chefe, pela Contratante e Izidoro Siuta pela Contratada. Curitiba, 14/11/2016.

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato nº 26/2016, firmado em 8/12/2016 entre a Procuradoria Regional do Trabalho da 14ª Região e a empresa R&L INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTIGOS DE DECORAÇÕES EIRELI EPP; CNPJ nº 10.302.645/0001-76; Objeto: fornecimento e instalação de cortinas plissadas de teto para a cobertura de polícarbonato do jardim seco da sede da PRT 14ª Região em Porto Velho/RO; Valor total do contrato: R\$ 122.053,00; Vigência: 8/12/2016 a 8/12/2021; Fundamento legal: Art. 1º do Decreto nº 10.520/2002; Procedimento 2.14.000.000404/2015-91; Signatários: Sr. Marcos Vicente de Souza, Diretor Regional, pela Contratante, e Sr. Gilmar José Pinto, pela contratada.

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO

EXTRATO DO 9º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 8/2013

CONTRATANTE: União Federal, por intermédio da Procuradoria Regional do Trabalho da 16ª Região; CONTRATADA: Ostensiva Segurança Privada LTDA; CNPJ 05920248/0001-94 OBJETO: mudança de endereço da sede da PRT 16ª Região e acréscimo de dois postos de vigilância armada, sendo um de 12 horas diurnas e outro de 12 noturnas, compreendendo 31,65% do valor contratual, e supressão de um posto de 44 horas, 6,10% do valor do contrato, por 30 dias a partir de 27/10/16; PROCESSO: 08146.0221/2013; FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, II, b, da Lei 8.666/93, Cláusula oitava do Contrato Original e Decisão Plenária 215/99 do TCU; ASSINAM: Marcos Antônio de Souza Rosa Procurador Chefe da PRT 16, pela Contratante, e Senhor Sérgio Murilo Diniz Campos, pela Contratada.

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 008/2014. Processo: 08151.0159/2014 - Contrato de Prestação de serviços continuados de Copeiragem - sede PRT21. Contratante: União/Ministério Público do Trabalho/Procuradoria Regional do Trabalho-21ª Região. Contratada: REELECUN Comércio e Serviços Ltda. CNPJ 06.538.799/0001-50. Objeto: Repactuação dos preços contratados, conforme a Cláusula Vigésima do contrato, bem como decisão judicial prolatada no Processo Judicial Eletrônico DC-0000014-52.2015.5.21.000. Nota de Empenho 2016NE000017, de 18/01/2016. Reajuste do valor contratual mensal, passando de R\$ 4.315,10 para 4.527,90. Assinam: Fábio Romero Aragão Cordeiro, pela contratante, e Brenda Mercedes Justiz Gonzales, pela contratada. Data da assinatura: 20/12/2016.

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR DIRETORIA-GERAL

EXTRATOS DE CONTRATOS

Espécie: Contrato nº 51/2016-MPM. Contratante: Ministério Público Militar. Processo: 3.00.000.1.001969/2016-31. Contratada: VIA AP-PIA INFORMÁTICA EIRELI. CNPJ: 37.982.238/0001-70. Objeto: Contratação tem como objeto a aquisição e reestabelecimento de licença de softwares IBM i2, com manutenção e suporte por 12 (doze) meses, visando atender à Procuradoria-Geral de Justiça Militar, em Brasília/DF. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico 48/2016 - MPM. Nota de Empenho: 2016NE001710, em 29/11/2016. Valor Total: R\$ 174.399,00. Vigência: 30/11/2016 a 29/12/2017. Data de assinatura: 30/11/2016. Assinam: Gilberto Barros Santos, Diretor-Geral, pelo MPM e Geraldo Iraci do Couto, pela contratada.

Espécie: Contrato nº 52/2016-MPM. Contratante: Ministério Público Militar. Contratada: SUSEG - SISTEMAS UNIFICADOS DE SEGURANÇA LTDA. - ME. CNPJ: 20.418.936/0001-44. Processo nº: 08160.015195/2016-37. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de locação e monitorização de um sistema de alarme para a sede da PJM/Santa Maria/RS. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 47/2016, de 14/11/2016. Elemento de Despesa: 33.90.39. Nota de Empenho nº: 2016NE001748, de 30/11/2016. Valor

mensal: R\$ 235,00. Valor total anual: R\$ 2.820,00. Vigência: 1º/12/2016 a 30/11/2017. Data de assinatura: 1º/12/2016. Assinam: Rubens Pereira Prado, Diretor-Geral Substituto, pelo MPM e Joel Lucas Foggiano, pela contratada.

Espécie: Contrato nº 53/2016-MPM. Contratante: Ministério Público Militar. Processo nº: 08160.001681/2016-78. Contratada: ELEVADORES ORION LTDA. CNPJ: 05.823.840/0001-78. Objeto: Contratação de empresa especializada no ramo de engenharia para prestação de serviços continuados de manutenção preventiva, corretiva e preditiva da plataforma elevatória para acesso de pessoas portadoras de necessidades especiais de locomoção à PJM/BA. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 46/2016, de 8/11/2016. Elementos de Despesa: nº 33.90.39 e 33.90.30. Notas de Empenhos: nº 2016NE001766 e 2016NE001767, em 5/12/2016. Valor mensal: R\$ 1.082,81. Valor anual: R\$ 12.993,72. Vigência: 5/12/2016 a 4/12/2017. Data de assinatura: 5/12/2016. Assinam: Gilberto Barros Santos, Diretor-Geral, pelo MPM e Leandro Ferreira da Silva, pela contratada.

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo: 08160.010070/2016-11. Contratada: DCITY PROJETOS E SOLUÇÕES TÉCNICAS EM ALtura LTDA. CNPJ: 19.786.059/0001-85. Objeto: Contratação de empresa para execução de serviços de fornecimento e instalação de pontos de ancoragem e linha de vida vertical para escada marinho na cobertura do edifício-sede da Procuradoria de Justiça Militar em São Paulo/SP. Valor anual estimado: R\$ 14.497,00. Vigência: 10/10/2016 a 9/3/2017. Fundamento legal: art 24, caput da lei nº 8666/93. Ato de Dispensa: por Gilberto Barros Santos, Diretor-Geral do MPM. Ratificação: por Jaime de Cassio Miranda, Procurador-Geral de Justiça Militar.

EXTRATO DE RESCISÃO

Espécie: Termo de Rescisão do Contrato nº 90/2012-MPM. Contratante: Ministério Público Militar. Contratada: CLARO S/A. Objeto: Rescisão do Contrato nº 90/2012-MPM, de prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Local, para ligações destinadas a terminais fixos (FIXO-FIXO) e terminais móveis (FIXO-MÓVEL) para a Procuradoria de Justiça Militar em São Paulo/SP. Fundamento legal: Inciso II, artigo 79, da Lei nº 8.666/93. Data de assinatura: 7/11/2012. Assinam: Gilberto Barros Santos, Diretor-Geral, pelo MPM e Paulo Werther de Araújo e Roberta Jerônimo Gonzo, pela empresa.

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

Espécie: 7º Termo Aditivo ao Contrato nº 26/2014-MPM. Processo nº: 08160.015221/2016-27. Contratante: Ministério Público Militar. Contratada: Markar Empreendimentos e Serviços Ltda. CNPJ: 30.454.201/0001-20. Finalidade: Repactuação e reajuste do Contrato nº 26/2014 de prestação de serviços de copeiragem na sede da Procuradoria de Justiça Militar no Rio de Janeiro/RJ. Valor mensal: R\$ 19.636,75. Valor anual: R\$ 235.641,00. Data de assinatura: 23/11/2016. Assinam: Gilberto Barros Santos, Diretor-Geral, pelo MPM e Maria Salete Freitas Calça, pela contratada.

Espécie: 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 71/2014-MPM. Processo: 3.11.000.1.000167/2016-85. Contratante: Ministério Público Militar. Contratada: G4 SERVIÇO E COMÉRCIO DE PRODUTOS INDUSTRIAIS, AUTOMOTIVOS E AGRÍCOLAS LTDA. ME. CNPJ: 13.754.000/0001-29. Finalidade: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 71/2014, de prestação dos serviços de assistência técnica e manutenção preventiva e corretiva, inclusive lanternagem e pintura, incluindo a substituição e fornecimento de peças e acessórios de reposição, com padrões de qualidade e necessária garantia por seus produtos, em veículos oficiais da Procuradoria de Justiça Militar no Rio de Janeiro - PJM/RJ. Vigência: 26/11/2016 a 25/11/2017. Data de assinatura: 25/11/2016. Assinam: Gilberto Barros Santos, Diretor-Geral, pelo MPM e Solange de Jesus Rodrigues, pela contratada.

Espécie: 9º Termo Aditivo ao Contrato nº 68/2012-MPM. Processo nº: 08160.007149/2016-64. Contratante: Ministério Público Militar. Contratada: ORION TELECOMUNICAÇÕES, ENGENHARIA S.A. CNPJ: 01.011.976/0001-22. Finalidade: Repactuação e a revisão do Contrato nº 68/2012, de prestação de serviços continuados de operação e manutenção predial preventiva, corretiva e preditiva dos sistemas, equipamentos e instalações prediais, compreendendo o fornecimento de mão de obra, ferramental, material e equipamentos necessários à adequada execução dos serviços nas dependências do Ministério Público Militar em Brasília/DF. Valor mensal: R\$ 115.646,39. Valor anual: R\$ 1.396.381,69. Data de assinatura: 5/12/2016. Assinam: Gilberto Barros Santos, Diretor-Geral, pelo MPM e Arthur Fernandes Rodrigues Coury, pela contratada.

Espécie: 6º Termo Aditivo ao Contrato nº 35/2013-MPM. Processo nº: 3.00.000.1.001485/2016-04. Contratante: Ministério Público Militar. Contratada: TOTALGROW TERCEIRIZAÇÃO LTDA. CNPJ: 09.209.483/0001-03. Finalidade: Repactuação e o reajuste do Contrato nº 35/2013-MPM, de prestação de serviços de conservação e limpeza nas dependências da Procuradoria de Justiça Militar no Rio de Janeiro/RJ. Valor mensal: R\$ 17.035,41. Valor anual: R\$ 204.424,92. Data de assinatura: 30/11/2016. Assinam: Gilberto Barros Santos, Diretor-Geral, pelo MPM e Ana Luiza Moreirão Manzani, pela contratada.

Espécie: 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 70/2014-MPM. Processo: 08160.016068/2016-55. Contratante: Ministério Público Militar. Contratada: BANDEIRANTE COMÉRCIO DE PEÇAS E EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO LTDA. - ME. CNPJ: 12.800.672/0001-



60. Finalidade: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 70/2014, de prestação de serviços continuados de manutenção preventiva, corretiva e preditiva dos equipamentos e instalações do sistema de climatização, compreendendo o fornecimento de mão de obra, ferramental, materiais de consumo e equipamentos necessários à adequada execução dos serviços nas dependências da Procuradoria de Justiça Militar no Rio de Janeiro/RJ. Vigência: 13/11/2016 a 12/11/2017. Data de assinatura: 10/11/2016. Assinam: Gilberto Barros Santos, Diretor-Geral, pelo MPM e Taila Bitencourt Elias, pela contratada.

Espécie: 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 39/2015-MPM. Processo nº: 3.00.000.1.002141/2016-43. Contratante: Ministério Público Militar. Contratada: SOUSA E SILVA SUPERA SERVIÇOS EMPRE-SARIAIS LTDA. - ME. CNPJ: 15.797.933/0001-29. Finalidade: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 39/2015-MPM, de prestação de serviços de lavagem de veículos oficiais da Procuradoria-Geral de Justiça Militar. Vigência: 14/12/2016 a 13/12/2017. Data de assinatura: 12/12/2016. Assinam: Gilberto Barros Santos, Diretor-Geral, pelo MPM e Neusimar Oliveira de Sousa, pela contratada.

Espécie: 4º Termo Aditivo ao Contrato nº 32/2014-MPM. Processo nº: 08160.009097/2015-80. Contratante: Ministério Público Militar. Contratada: CLARO S/A. CNPJ: 40.432.544/0001-47. Finalidade: Alteração do Contrato nº 32/2014-MPM, de prestação, de forma continuada, do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), sob as modalidades Local, Longa Distância Nacional e Internacional (LDN/LDI) e Chamada Franqueada do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC - 0800, para atender ao Ministério Público Militar em Brasília/DF. Valor mensal estimado: R\$ 17.519,37. Valor anual estimado: R\$ 210.232,44. Data de assinatura: 7/11/2016. Assinam: Gilberto Barros Santos, Diretor-Geral, pelo MPM e Roberta Jerônimo Gonzo e Paulo Werther de Araújo, pela contratada.

Espécie: 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 51/2013-MPM. Processo nº: 3.02.000.1.000084/2016-71. Contratante: Ministério Público Militar. Contratada: R H M CELES - ME. CNPJ: 10.652.114/0001-70. Finalidade: Prorrogação do prazo de vigência e reajuste do Contrato nº 51/2013, de prestação de serviços de ginástica laboral para atender a Procuradoria de Justiça Militar em Belém/PA. Valor mensal estimado: R\$ 955,08. Valor anual estimado: R\$ 11.460,96. Vigência: 25/11/2016 a 24/11/2017. Data de assinatura: 25/11/2016. Assinam: Gilberto Barros Santos, Diretor-Geral, pelo MPM e Regina Helena Monnerat Celes, pela contratada.

Espécie: 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 38/2015-MPM. Processo: 08160.014658/2016-43. Contratante: Ministério Público Militar. Contratada: TS SERVIÇOS EIRELI ME. CNPJ: 10.992.653/0001-58. Finalidade: Alteração e repactuação do valor mensal do contrato de prestação de serviços de copeiragem para atender a Procuradoria de Justiça Militar em Recife/PE. Valor mensal: R\$ 2.291,52. Valor anual global: 27.498,24. Data de assinatura: 22/11/2016. Assinam: Gilberto Barros Santos, Diretor-Geral, pelo MPM e Oscar Cardoso de Melo, pela contratada.

Espécie: 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 35/2016-MPM. Processo nº: 3.00.000.1.001714/2016-29. Contratante: Ministério Público Militar. Contratada: CETRO RM SERVIÇOS LTDA. CNPJ: 08.307.120/0001-48. Finalidade: Repactuação e reajuste do contrato de prestação de serviços de recepção para atender à Procuradoria-Geral de Justiça Militar e Procuradoria de Justiça Militar no Distrito Federal. Valor mensal estimado: R\$ 48.245,18. Valor anual estimado: R\$ 578.942,16. Data de assinatura: 12/12/2016. Assinam: Rubens Pereira Prado, Diretor-Geral Substituto, pelo MPM e Daniel Rodrigues Lessa, pela contratada.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS SECRETARIA-GERAL

EXTRATOS DE INSTRUMENTOS CONTRATUAIS

Espécie: 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 069/SG/MPDFT/2015. Processo nº 08190.224731/14-30. Contratante: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT; CNPJ: 26.989.715/0002-93. Contratada: EQUIPO TÉCNICA - ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM APARELHOS MÉDICO-ODONTOLÓGICOS LTDA. - ME; CNPJ: 26.999.805/0001-84. Objeto: Prorrogar a vigência do contrato original por mais 12 (doze) meses, a contar de 30/12/2016 até 29/12/2017, consoante o disposto em sua Cláusula Décima Segunda - Prazo da Vigência, com amparo no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/1993. Emitente UG/Gestão 200009/MPDFT/00001 - Tesouro Nacional. Signatários: MPDFT: WAGNER DE CASTRO ARAÚJO, Diretor-Geral; CONTRATADA: IRON CARLOS PINHEIRO DE SOUZA, Sócio Gerente. Data de assinatura: 15 de dezembro de 2016.

Espécie: 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 002/SG/MPDFT/2016. Processo nº 08191.030307/2015-31. Contratante: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT; CNPJ: 26.989.715/0002-93. Contratada: JDR SERVICES LTDA. - ME; CNPJ: 22.463.530/0001-09. Objeto: Prorrogar a vigência do contrato original por mais 12 (doze) meses, a contar de 12/1/2017 até 11/1/2018, consoante o disposto na Cláusula Décima Terceira - Prazo De Vigência, com amparo no art. 57, inciso II, da Lei 8.666/1993. Emitente UG/Gestão 200009/MPDFT/00001 - Tesouro Nacional. Signatários: MPDFT: WAGNER DE CASTRO ARAÚJO, Secretário-Geral; CONTRATADA: DANIELLE FERREIRA GONÇALVES, Diretora Administrativa. Data de assinatura: 12 de dezembro de 2016.

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 048/2016. Processo nº 08191.094275/2016-83. Contratante: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT; CNPJ: 26.989.715/0002-93. Contratada: SERASA S/A; CNPJ: 62.173.620/0001-80. Objeto: eventual contratação de serviço de certificado digital para Pessoa Física, dentro das especificações e normas ICP-Brasil. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 85/2016. Vigência: 12/12/2016 até 11/12/2017. Valor Global: 36464. Emitente UG/Gestão 200009/MPDFT/00001 - Tesouro Nacional. Signatários: MPDFT: WAGNER DE CASTRO ARAÚJO, Secretário-Geral; ANDRÉ KEMP, e CLÁUDIA CRISTINA TAZITU, Procuradores. Data de assinatura: 12 de dezembro de 2016.

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 89/2016

Tornamos público o resultado do julgamento das propostas apresentadas na licitação em epígrafe. Empresa vencedora: MINÁ-GUA COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE BEBIDAS LTDA. - ME com valor unitário de R\$ 9,00.

MARLI DE SOUSA REGO
Pregoeira

Tribunal de Contas da União

SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE EXTERNO DA ÁREA SOCIAL E DA REGIÃO NORDESTE SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO NO CEARÁ

EDITAL Nº 218, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

TC 011.858/2012-5- Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica citado o Sr. Arthemísio Asevedo Junior, CPF: 662.099.273-00, em complementação ao Ofício 1125/2012-TCU-SE-CEX/CE, para, no prazo de quinze dias, a contar da data desta publicação, apresentar alegações de defesa quanto às ocorrências descritas a seguir e/ou recolher aos cofres do Tesouro Nacional (mediante GRU, código 13902-5), valores históricos atualizados monetariamente desde as respectivas datas de ocorrência até o efetivo recolhimento (art. 12, II, Lei 8.443/1992), abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente até 16/12/2016: R\$ 225.060,58; sendo em solidariedade com os seguintes responsáveis: André Luiz de Sousa e Silva, Expedito Ferreira da Costa, Êxito Construções e Empreendimentos Ltda., Claudiana Barbosa de Almeida, Rogerio Zeferino Torres, Cesário Feitosa de Sousa, Álvaro Marques de Oliveira Rodrigues, José Neto de Castro, Francisca Laedina Alves Gomes, Lidiane Barbosa da Silva, Paulo Sergio Xavier Nogueira, Antônio Cesar Coe Pinto, Hugoberto Ferreira Teles, Prátika Incorporações Ltda., Falcon Construtora e Serviços Ltda., Francisco Monte Moraes, Francisco Valberto de Oliveira, Rodrigo Coelho Mota e Celia Maria Ribeiro de Lima. Os débitos são decorrentes de:

I - ocorrências já apontadas pelo ofício mencionado acima, a saber:

a) execução fraudulenta/participação na execução fraudulenta do Contrato de Repasse 0231314-61 (Siafi 602676), ante a constatação, por equipe de fiscalização deste Tribunal, da ocorrência de fraude e/ou conluio no Convite 1203.01/2008 - Seinfra, sob a forma de alinhamento dos preços apresentados pelas licitantes, resultando na restrição ao caráter competitivo, no direcionamento da licitação, e na contratação de empresa sem capacidade operacional para executar a obra, no caso, a Falcon Construtora e Serviços Ltda.

II - novas ocorrências constantes dos itens 32-46 da instrução da unidade técnica (peça 130), a saber: a) as empresas Falcon e Prátika apresentavam um elo em comum, a Sra. Anisiane Dantas de Oliveira, ao mesmo tempo empregada da Falcon e representante legal da Prátika; a peça 96 a apresenta como sócio administrador da empresa Prátika; por outro lado, a RAIS da empresa Falcon (peça 101) indica que exercia o cargo de 'Auxiliar de Escritório, em geral' na aludida empresa. b) a modalidade de licitação em questão foi convite, e todas as empresas convidadas estão sendo investigadas por suposto esquema de fraudes em licitações públicas em vários municípios do Estado do Ceará. Uma análise matemática aponta que a probabilidade de as empresas Falcon, Êxito e Prátika serem convidadas conjuntamente para licitações (concorrentes entre si) é muito remota, no entanto, a realidade observada na base de dados do SIM - Sistema de Informações Municipais, do TCM/CE - Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará, é outra. Essas três empresas participaram de 119 licitações (em que houve pelos menos dois licitantes, afastando as hipóteses de dispensa) nas quais elas totalizaram no mínimo 2/3 dos licitantes. Assim, torna-se evidente que os convites foram direcionados pela Administração Pública para a perpetuação da fraude questionada nos autos; A rejeição das alegações de defesa poderá ensejar, além do julgamento pela irregularidade das contas do responsável, a condenação ao pagamento dos débitos, os quais serão atualizados monetariamente, desde as respectivas datas de ocorrência, acrescidos dos juros de mora devidos, até a data do efetivo recolhimento, abatendo-se, na oportunidade, as quantias eventualmente ressarcidas, nos termos da legislação vigente, bem como a imputação

de multa prevista nos arts. 57 e 58 da Lei 8.443/1992. Não havendo manifestação no prazo, o processo terá prosseguimento, caracterizando-se à revelia (art. 12, § 3º, Lei 8.443/1992). A emissão da Guia de Recolhimento da União-GRU e do demonstrativo de débito pode ser feita por meio do Portal TCU (www.tcu.gov.br - aba cidadão> serviços e consultas> Emissão de GRU).

JEFFERSON PINHEIRO SILVA
Secretário - Substituto

EDITAL Nº 219, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

TC 011.858/2012-5- Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica citada a empresa Prátika Incorporações Ltda., CNPJ: 02.868.326/0001-60, em complementação ao Ofício 1111/2012-TCU-SECEX/CE, para, no prazo de quinze dias, a contar da data desta publicação, apresentar alegações de defesa quanto às ocorrências descritas a seguir e/ou recolher aos cofres do Tesouro Nacional (mediante GRU, código 13902-5), valores históricos atualizados monetariamente desde as respectivas datas de ocorrência até o efetivo recolhimento (art. 12, II, Lei 8.443/1992), abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente até 16/12/2016: R\$ 225.060,58; sendo em solidariedade com os seguintes responsáveis: André Luiz de Sousa e Silva, Expedito Ferreira da Costa, Êxito Construções e Empreendimentos Ltda., Claudiana Barbosa de Almeida, Rogerio Zeferino Torres, Cesário Feitosa de Sousa, Álvaro Marques de Oliveira Rodrigues, José Neto de Castro, Francisca Laedina Alves Gomes, Lidiane Barbosa da Silva, Paulo Sergio Xavier Nogueira, Antônio Cesar Coe Pinto, Hugoberto Ferreira Teles, Arthemísio Asevedo Junior, Falcon Construtora e Serviços Ltda., Francisco Monte Moraes, Francisco Valberto de Oliveira, Rodrigo Coelho Mota e Celia Maria Ribeiro de Lima. Os débitos são decorrentes de:

I - ocorrências já apontadas pelo ofício mencionado acima, a saber:

a) execução fraudulenta/participação na execução fraudulenta do Contrato de Repasse 0231314-61 (Siafi 602676), ante a constatação, por equipe de fiscalização deste Tribunal, da ocorrência de fraude e/ou conluio no Convite 1203.01/2008 - Seinfra, sob a forma de alinhamento dos preços apresentados pelas licitantes, resultando na restrição ao caráter competitivo, no direcionamento da licitação, e na contratação de empresa sem capacidade operacional para executar a obra, no caso, a Falcon Construtora e Serviços Ltda.

II - novas ocorrências constantes dos itens 32-46 da instrução da unidade técnica (peça 130), a saber: a) as empresas Falcon e Prátika apresentavam um elo em comum, a Sra. Anisiane Dantas de Oliveira, ao mesmo tempo empregada da Falcon e representante legal da Prátika; a peça 96 a apresenta como sócio administrador da empresa Prátika; por outro lado, a RAIS da empresa Falcon (peça 101) indica que exercia o cargo de 'Auxiliar de Escritório, em geral' na aludida empresa. b) a modalidade de licitação em questão foi convite, e todas as empresas convidadas estão sendo investigadas por suposto esquema de fraudes em licitações públicas em vários municípios do Estado do Ceará. Uma análise matemática aponta que a probabilidade de as empresas Falcon, Êxito e Prátika serem convidadas conjuntamente para licitações (concorrentes entre si) é muito remota, no entanto, a realidade observada na base de dados do SIM - Sistema de Informações Municipais, do TCM/CE - Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará, é outra. Essas três empresas participaram de 119 licitações (em que houve pelos menos dois licitantes, afastando as hipóteses de dispensa) nas quais elas totalizaram no mínimo 2/3 dos licitantes. Assim, torna-se evidente que os convites foram direcionados pela Administração Pública para a perpetuação da fraude questionada nos autos; A rejeição das alegações de defesa poderá ensejar, além do julgamento pela irregularidade das contas do responsável, a condenação ao pagamento dos débitos, os quais serão atualizados monetariamente, desde as respectivas datas de ocorrência, acrescidos dos juros de mora devidos, até a data do efetivo recolhimento, abatendo-se, na oportunidade, as quantias eventualmente ressarcidas, nos termos da legislação vigente, bem como a imputação de multa prevista nos arts. 57 e 58 da Lei 8.443/1992. Não havendo manifestação no prazo, o processo terá prosseguimento, caracterizando-se à revelia (art. 12, § 3º, Lei 8.443/1992). A emissão da Guia de Recolhimento da União-GRU e do demonstrativo de débito pode ser feita por meio do Portal TCU (www.tcu.gov.br - aba cidadão> serviços e consultas> Emissão de GRU).

JEFFERSON PINHEIRO SILVA
Secretário
Substituto

EDITAL Nº 221, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016

TC 013.141/2012-0- Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica notificada a empresa Factorial Construção e Serviços Ltda., CNPJ: 07.684.127/0001-16, do Acórdão 2541/2015-TCU-Plenário, proferido diante de Tomada de Contas Especial instaurada por força do Acórdão 983/2012 - Plenário em decorrência de auditoria realizada na Prefeitura Municipal de Itapiúna/CE, cujo objetivo foi verificar a regularidade da aplicação de recursos federais repassados, nos exercícios de 2009 e 2010, por intermédio dos programas Pnae, Pnate, PSF, Bolsa Família e de transferências voluntárias, em que o Tribunal de Conta da União decidiu julgar irregulares as contas da mencionada empresa, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", §2º c/c o art. 19, parágrafo único, todos da Lei 8.443/1992.

JEFFERSON PINHEIRO SILVA
Secretário
Substituto